

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2012	Dividendo		Ordinária		0,61408
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2012	Dividendo		Preferencial		0,67548
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,74083
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,81491

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	29.652.698	26.435.588
1.01	Ativo Circulante	12.832.360	10.584.659
1.01.01	Disponibilidades	111.359	97.086
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.674.805	3.240.283
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	5.400.698	3.036.454
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	274.107	203.829
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	280.904	233.192
1.01.03.01	Carteira Própria	277.441	233.158
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	34
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	3.463	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	319.655	267.274
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	42.612	90
1.01.04.02	Depósito no Banco Central	269.689	260.563
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	5.432	4.984
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	975	905
1.01.04.05	Correspondentes	947	732
1.01.06	Operações de Crédito	4.618.119	4.950.715
1.01.06.01	Setor Público	96.779	78.446
1.01.06.02	Setor Privado	4.810.017	5.173.329
1.01.06.03	(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-288.677	-301.060
1.01.08	Outros Créditos	1.800.100	1.778.988
1.01.08.02	Carteria de Câmbio	579.857	641.071
1.01.08.03	Rendas a Receber	24.468	22.902
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	4	0
1.01.08.05	Diversos	1.201.374	1.118.570
1.01.08.06	(Prov. para Outros Créditos de Liq. Duvidosa)	-5.603	-3.555
1.01.09	Outros Valores e Bens	27.418	17.121
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	6.305	6.169
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-846	-1.248
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	21.959	12.200
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.623.261	15.662.089
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	10.465.440	9.874.595
1.02.02.01	Carteira Própria	9.249.021	8.878.659
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	765.531	672.509
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	184.060	44.860
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	266.828	278.567
1.02.03	Relações Interfinanceiras	39.981	36.863
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Rec. do Crédito Rural	12	422
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	36.068	32.369
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	3.901	4.072
1.02.05	Operações de Crédito	5.733.941	5.639.615
1.02.05.01	Setor Público	1.300.099	1.255.601
1.02.05.02	Setor Privado	4.759.494	4.704.792
1.02.05.03	(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-325.652	-320.778
1.02.07	Outros Créditos	383.899	111.016
1.02.07.02	Diversos	437.740	161.747

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.02.07.03	(Prov. para Outros Créditos de LIq. Duvidosa)	-53.841	-50.731
1.03	Ativo Permanente	197.077	188.840
1.03.01	Investimentos	1.705	1.568
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.008	6.871
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	194.094	185.569
1.03.02.01	Imóveis de Uso	145.531	137.759
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	105.410	105.410
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	181.495	166.672
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-238.342	-224.272
1.03.05	Diferido	1.278	1.703
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	3.656	4.624
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-2.378	-2.921

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	29.652.698	26.435.588
2.01	Passivo Circulante	12.130.526	9.748.154
2.01.01	Depósitos	5.229.498	5.115.979
2.01.01.01	Depósitos a Vista	117.046	162.445
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.470.180	1.329.994
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	787.554	588.986
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.854.718	3.034.554
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	757.199	637.812
2.01.02.01	Carteira Própria	681.816	603.883
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	75.383	33.929
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	211.208	199.732
2.01.03.01	Rec. Letras Imob.Hipotecárias, Crédito e Similares	202.694	196.364
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	8.514	3.368
2.01.04	Relações Interfinanceiras	30.986	4
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	30.986	4
2.01.05	Relações Interdependências	52.625	7.142
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	51.187	7.142
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	1.438	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	652.893	849.768
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Oficiais	17.186	16.511
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	635.707	833.257
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	249.314	173.427
2.01.07.01	Tesouro Nacional	249	217
2.01.07.02	BNDES	234.063	162.562
2.01.07.03	FINAME	15.002	10.648
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	87.370	81.291
2.01.09	Outras Obrigações	4.859.433	2.682.999
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.842	7.615
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.399	4.805
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	17.246	1.188
2.01.09.04	Sociais e Estatutários	73.211	12.254
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciários	441.469	525.820
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	9	0
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.957.993	1.102.922
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	35.019	70.164
2.01.09.09	Diversas	1.281.245	958.231
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	14.951.731	14.357.919
2.02.01	Depósitos	3.915.230	3.848.520
2.02.01.01	Depósitos à Vista	19.018	21.179
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	3.896.212	3.827.341
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	79.640	66.561
2.02.02.01	Carteira Própria	79.640	66.561
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.280.196	563.876
2.02.03.01	Rec. Letras Imob.Hipotecárias, Crédito e Similares	405	0
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.279.791	563.876
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	34.371	33.021

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	34.371	33.021
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.291.874	1.113.258
2.02.07.01	Tesouro Nacional	614	775
2.02.07.02	BNDES	1.152.169	990.332
2.02.07.03	FINAME	139.091	122.151
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	773.227	759.101
2.02.09	Outras Obrigações	7.577.193	7.973.582
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	16.938	13.513
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.062.360	3.617.155
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.090.090	1.067.708
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.274.570	1.216.319
2.02.09.05	Diversas	2.133.235	2.058.887
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	16	16
2.05	Patrimônio Líquido	2.570.425	2.329.499
2.05.01	Capital Social Realizado	2.141.616	2.009.616
2.05.01.01	Domiciliados no País	2.142.000	2.010.000
2.05.01.02	(Ações em Tesouraria)	-384	-384
2.05.03	Reservas de Reavaliação	24.051	25.198
2.05.03.01	Ativos Próprios	24.051	25.198
2.05.04	Reservas de Lucro	291.087	244.536
2.05.04.01	Legal	116.936	104.636
2.05.04.02	Estatutária	112.630	132.862
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	61.521	7.038
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	113.671	50.149

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.121.518	1.929.248	736.100	1.434.137
3.01.01	Operações de Crédito	584.628	1.001.858	388.944	783.262
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	342.299	694.472	342.298	647.989
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	127.041	114.265	-25.227	-40.167
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	61.243	107.323	25.979	34.656
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	6.307	11.330	4.106	8.397
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-897.095	-1.511.545	-419.559	-804.455
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-331.531	-585.080	-219.464	-426.514
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-443.101	-685.758	-141.240	-272.956
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-122.463	-240.707	-58.855	-104.985
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	224.423	417.703	316.541	629.682
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-346.652	-392.935	-30.375	-154.880
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	378.660	723.976	328.316	645.832
3.04.02	Despesas de Pessoal	-437.928	-731.665	-232.393	-484.654
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-213.318	-419.780	-188.954	-361.890
3.04.04	Despesas Tributárias	-46.917	-96.270	-48.357	-92.373
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	232.148	814.052	346.910	590.530
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-259.297	-683.248	-235.897	-452.325
3.05	Resultado Operacional	-122.229	24.768	286.166	474.802
3.06	Resultado Não Operacional	780	1.119	856	-736
3.06.01	Receitas	958	1.676	1.524	2.131
3.06.02	Despesas	-178	-557	-668	-2.867
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-121.449	25.887	287.022	474.066
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-33.479	-140.312	-61.862	-164.164
3.09	IR Diferido	355.609	377.937	12.554	15.960
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-13.764	-17.506	-12.706	-25.169
3.10.01	Participações	-13.764	-17.506	-12.706	-25.169
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	186.917	246.006	225.008	300.693

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,14842	2,82759	2,58624	3,45616

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	186.917	246.006	225.008	300.693
4.02	Outros Resultados Abrangentes	42.114	64.669	-30.795	-14.460
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	69.234	105.871	-52.331	-26.121
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-27.694	-42.349	20.932	10.448
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	957	1.912	1.007	2.022
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-383	-765	-403	-809
4.03	Resultado Abrangente do Período	229.031	310.675	194.213	286.233

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.968.345	799.577
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.131.127	682.014
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	246.006	300.693
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	14.501	13.394
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-402	18
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	240.707	104.985
6.01.01.06	Provisão para Passivo Risco do FNE	295.316	179.867
6.01.01.07	Despesas de Outras Provisões Operacionais	1.824	5.803
6.01.01.08	Provisão para Passivo Contingente	89.376	35.233
6.01.01.09	Reversão de Provisões Operacionais	-65.862	-28.568
6.01.01.10	Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	58.251	55.210
6.01.01.11	Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	59.856	71.481
6.01.01.12	Aplicações no Diferido	0	-240
6.01.01.13	Provisão (Benefícios pós emprego - Deliberação CVM 600)	253.022	36.219
6.01.01.14	Dividendos e Juros sobre o capital próprio Provisionados	-61.468	-92.081
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.837.218	117.563
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-85.355	-262.492
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependências	20.965	-15.096
6.01.02.03	Operações de Crédito	5.808	105.438
6.01.02.04	Outros Créditos	-230.806	-133.631
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-9.800	-8.583
6.01.02.06	Depósitos	180.228	304.830
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	132.466	249.091
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	727.797	-28.522
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	79.183	-489.071
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	5.652	13.432
6.01.02.11	Outras Obrigações	1.082.513	470.830
6.01.02.12	Reserva de Reavaliação	0	-620
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social	-71.433	-88.043
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-567.158	-930.300
6.02.01	Títulos Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-544.327	-912.703
6.02.02	Inversões em Investimentos	-137	-56
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-22.617	-18.345
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-326	-426
6.02.05	Alienação de Investimentos	0	-6
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	16	547
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	233	689
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.039	-99.327
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.039	-99.327
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.394.148	-230.050
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.185.693	3.869.499
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.579.841	3.639.449

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499
5.03	Saldo Ajustado	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	246.006	0	246.006
5.05	Destinações	0	0	0	178.551	-247.153	0	-68.602
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-61.468	0	-61.468
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	178.551	-185.685	0	-7.134
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	12.300	-12.300	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	111.768	-111.768	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	0	0	0	61.521	-61.521	0	0
5.05.03.04	Outros (Transferência para pagamento de JCP Complementar do exercício de 2011)	0	0	0	-7.038	0	0	-7.038
5.05.03.05	Provisão do Imposto de Renda sobre JCP do Semestre	0	0	0	0	-96	0	-96
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.147	0	1.147	63.522	63.522
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	63.522	63.522
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-1.147	0	1.147	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.142.000	0	24.051	291.087	0	113.287	2.570.425

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.03	Saldo Ajustado	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	300.693	0	300.693
5.05	Destinações	0	0	0	145.861	-301.906	0	-156.045
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-92.081	0	-92.081
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-63.964	0	-63.964
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	145.861	-145.861	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	15.035	-15.035	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	130.826	-130.826	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.833	0	1.213	-15.673	-16.293
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-15.673	-15.673
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-1.833	0	1.213	0	-620
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.010.000	0	26.231	235.389	0	34.073	2.305.693

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	2.544.441	2.128.414
7.01.01	Intermediação Financeira	1.929.248	1.434.137
7.01.02	Prestação de Serviços	723.976	645.832
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-240.707	-104.985
7.01.04	Outras	131.924	153.430
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.270.838	-699.470
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-392.490	-331.894
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-115.400	-116.199
7.03.02	Serviços de Terceiros	-277.090	-215.695
7.04	Valor Adicionado Bruto	881.113	1.097.050
7.05	Retenções	-14.501	-13.394
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.501	-13.394
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	866.612	1.083.656
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	866.612	1.083.656
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	866.612	1.083.656
7.09.01	Pessoal	673.455	446.353
7.09.01.01	Remuneração Direta	337.608	324.141
7.09.01.02	Benefícios	311.545	99.618
7.09.01.03	F.G.T.S.	24.302	22.594
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-65.639	320.007
7.09.02.01	Federais	-73.130	312.843
7.09.02.02	Estaduais	12	10
7.09.02.03	Municipais	7.479	7.154
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.790	16.603
7.09.03.01	Aluguéis	12.790	16.603
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	246.006	300.693
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	67.300	63.964
7.09.04.02	Dividendos	55.785	92.081
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	122.921	144.648

Comentário do Desempenho

INTRODUÇÃO

No segundo trimestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou o valor de R\$ 6,2 bilhões, envolvendo 990.948 operações de empréstimos, financiamentos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco, apresentando crescimento de 22,1% na quantidade e de 36,0% no valor em relação ao segundo trimestre de 2011. Já com relação ao primeiro semestre do ano de 2012, foram contratadas 1.816.468 operações de empréstimos, financiamentos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco no montante de R\$ 9,8 bilhões, com crescimento de 21,1% na quantidade e 2,5% no valor contratado em comparação com o primeiro semestre de 2011. Dessa maneira, o Banco do Nordeste busca atingir no ano de 2012 o objetivo estratégico de apoiar o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre priorizando o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Assinatura de Termos de Convênio e Contratos de Prestação de Serviços entre o Banco do Nordeste, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Prefeitura de Parnaíba (PI) para recuperação de imóveis históricos – Em 11 de abril de 2012 foram assinados Termos de Convênio e Contratos de Prestação de Prestação de Serviços entre o Banco do Nordeste, o Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Prefeitura de Parnaíba (PI) visando à operacionalização do Programa de Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados, que é uma das estratégias do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PACCH). O prazo de amortização do financiamento para recuperação de imóveis privados é 10 anos, no caso de imóveis para fins comerciais, ou 15 anos, no caso de imóveis habitacionais ou mistos. Os investimentos no âmbito do PACCH são estabelecidos a partir dos Planos de Ação elaborados pelas cidades históricas, envolvendo 42 municípios da área de atuação do Banco do Nordeste. Em seguida ocorre a celebração do convênio, a assinatura do contrato, o lançamento de edital para seleção de propostas e, por último, a análise e contratação das operações por parte do Banco.

Aprovação de recursos para combate à seca pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – Em 27 de abril de 2012 aconteceu em Recife (PE) a 14ª reunião do Conselho Deliberativo da Sudene (Condell). Durante a reunião foi aprovada uma linha de crédito especial com recursos de R\$ 1 bilhão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para os produtores rurais e empreendedores dos setores industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade reconhecido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil a partir de 1/12/2011. As operações serão efetuadas por meio do Banco do Nordeste com o objetivo de implementar ações de desenvolvimento econômico da Região e combate à seca. Além da aprovação da linha de crédito especial, durante a reunião do Condell, foi apresentado o programa Água para Todos, que investe R\$ 340 milhões em 10 Estados da área de atuação da Sudene para garantir a oferta de água à população. O programa é uma das contribuições do governo federal para universalizar o acesso à água a mais de 750 mil famílias por meio da instalação de cisternas, barreiros e sistemas de abastecimento em municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão e Minas Gerais.

Captação de US\$ 300 milhões no exterior pelo Banco do Nordeste – No início do segundo trimestre o Banco do Nordeste concluiu a emissão de um bond (nota de crédito) no mercado internacional

Comentário do Desempenho

visando à captação de recursos no valor de US\$ 300 milhões por um prazo de 07 anos. Após um *roadshow*, que passou por Santiago, Genebra, Zurique, Londres, Los Angeles, Nova Iorque e Boston, foram recebidas ordens de mais de 100 investidores, sendo majoritariamente *Private Banks*, Administradores de Ativos e *Hedge Funds*. A América do Norte contribuiu com mais de 33,3% para a composição do *book*, a Europa com 38,7% e América do Sul com 24,9%. A receptividade para os papéis foi muito boa, tendo o volume de pedidos sido 6 vezes superior ao valor colocado à disposição dos investidores internacionais. O prazo dos bônus é de sete anos e a taxa do cupom foi de 4,375% ao ano, o que representa um prêmio de apenas 3,17% ao ano sobre os títulos do Tesouro dos Estados Unidos. O custo da captação é dos mais baixos já pagos por uma instituição financeira brasileira para o prazo de 07 anos. Os recursos vão compor o *funding* do Banco do Nordeste para negócios com as empresas nordestinas. Esses recursos vão sustentar o significativo processo de crescimento na demanda por capital de giro, com prazos compatíveis com o fluxo de caixa operacional das empresas da região Nordeste. A Emissão foi feita nos termos do “*Regulation S Registred*” e “144A”, com data de vencimento em maio de 2019. O *rating* atribuído foi Baa2 pela *Moody’s* e BBB pela *Standard & Poor’s*, em ambos os casos a classificação é de grau de investimento. O ITAU BBA, o MERILL LYNCH e o HSBC foram os coordenadores da operação, tendo o Banco Espírito Santo e o BTG Pactual como *co-managers*.

Apresentação do Programa de Desenvolvimento Produtivo (Prodepro) para governadores do Nordeste – Em 18 de maio de 2012, na sede do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza (CE), o Banco do Nordeste apresentou aos governadores da Região o Programa de Desenvolvimento Produtivo (Prodepro), que é voltado para mitigar gargalos de infraestrutura econômica, ampliar a atração de investimentos e aumentar as exportações. O programa é desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e prevê recursos da ordem de US\$ 1,2 bilhão a ser repassado para os Estados. A reunião dos governadores do Nordeste do Brasil contou também com a participação dos presidentes do Banco do Nordeste e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Prodepro Nordeste será de grande importância no financiamento das infraestruturas produtivas, como a implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e das empresas que se instalarem nessas ZPEs. O programa também financiará a preparação da modelagem de projetos para Concessão, Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou mesmo os projetos básicos e executivos das obras públicas. O Prodepro tem prazo de financiamento de até 20 anos. Ademais, o programa prevê juros de 0,60%, mais taxa Libor (taxa preferencial de juros para grandes empréstimos). A carência é de quatro anos para início do pagamento.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Criação e Lançamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no Banco do Nordeste – Em 7 de maio de 2012 a Diretoria do Banco do Nordeste aprovou a criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527). O serviço será vinculado ao Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão. A Lei exige a indicação de autoridade responsável pelo SIC, bem como formação de um Grupo de Trabalho (GT) para implementação. No Banco, foi nomeado o Diretor de Controle e Risco e o Superintendente de Gerenciamento Estratégico como autoridade e coordenador do GT, respectivamente. No *site* do Banco, na Internet, já está disponível uma aba com o SIC, onde ficam todas as informações requeridas pela Lei. Em 16 de maio de 2012 o SIC começou a vigorar no Banco do Nordeste. A iniciativa é referente à Lei de Acesso à Informação, que confere ao cidadão o direito de acesso à informação, obedecendo ao compromisso assumido pelo país ante a comunidade internacional em vários tratados e convenções. O Banco do Nordeste cumpriu rigorosamente o prazo estabelecido pela Lei 12.527.

Comentário do Desempenho

Realização de Fórum de Gestão Estratégico – Em 25 de maio de 2012 o Banco do Nordeste realizou Fórum de Gestão Estratégico no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza (CE), com a participação do presidente, diretores, chefe de gabinete, superintendentes estaduais e da Direção Geral para discutir as aplicações do Banco no primeiro semestre de 2012 até aquele momento. Foram realizadas apresentações sobre “Desempenho Operacional e Crédito Comercial” e sobre “Recuperação de Crédito”. Durante o Fórum de Gestão Estratégico foram discutidas formas de tornar mais ágil a operacionalização do crédito emergencial de R\$ 1 bilhão para a seca, que é uma prioridade do governo federal.

Eleição de Presidente interino e de dois novos Diretores do Banco do Nordeste pelo Conselho de Administração – Em 20 de junho de 2012 o Conselho de Administração do Banco do Nordeste, em sua 397ª reunião, elegeu o Senhor Paulo Sérgio Rebouças Ferraro, atual Diretor de Negócios, Presidente interino do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em virtude da saída do Senhor Jurandir Vieira Santiago da Presidência do Banco. Na oportunidade ficou decidido que o Senhor Paulo Sérgio Rebouças Ferraro acumularia as funções de Presidente interino e de Diretor de Negócios do Banco do Nordeste até a posse do novo titular da Presidência. Outrossim, com a saída dos Diretores Isidro Moraes de Siqueira e José Sydrião de Alencar Júnior, o Conselho decidiu transferir o Diretor Stélio Gama Lyra Júnior da Diretoria Administrativa e de Tecnologia da Informação para a Diretoria de Gestão do Desenvolvimento e eleger o Senhor Nelson Antonio de Souza para ocupar a Diretoria Administrativa e de Tecnologia da Informação, além de eleger o Senhor Manoel Lucena dos Santos para ocupar a Diretoria de Controle e Risco, permanecendo os atuais demais integrantes do colegiado da Diretoria. Com relação aos dois novos Diretores, cumpre salientar que o Senhor Nelson Antônio de Souza é funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal e o Senhor Manoel Lucena dos Santos é funcionário da Receita Federal.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Banco do Nordeste contratou o valor de R\$ 6,2 bilhões no segundo trimestre de 2012, envolvendo 990.948 operações de empréstimos, financiamentos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco, apresentando crescimento de 22,1% na quantidade e de 36,0% no valor em relação ao segundo trimestre de 2011. Já com relação ao primeiro semestre do ano de 2012, foram contratadas 1.816.468 operações de empréstimos, financiamentos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco, quantidade 21,1% superior à contratada no primeiro semestre de 2011, no montante de R\$ 9,8 bilhões, valor 2,5% superior ao contratado em igual período de 2011.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No segundo trimestre de 2012, foi contratado o montante de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões de recursos do Fundo, com 107.862 operações realizadas, o que significa uma redução de 6,6% na quantidade de operações e um crescimento de 41,4% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2011. No primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou o valor de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões com recursos do FNE, valor 13,3% inferior ao contratado no primeiro semestre de 2011, para um total de 208.506 operações de crédito, quantidade 0,9% inferior àquela contratada em igual período de 2011.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o Banco do Nordeste desembolsou R\$ 1,1 bilhão, contratando 744.509 operações no segundo trimestre de 2012, em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. No segundo trimestre de 2011,

Comentário do Desempenho

foi desembolsado o valor de R\$ 713,7 milhões, com a contratação de 554.607 operações. Comparando-se os dois períodos, o Banco do Nordeste apresentou um crescimento de 56,5% no valor desembolsado e de 34,2% na quantidade de operações. No primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste desembolsou o valor de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões no âmbito do Crediamigo, contratando 1.336.161 operações, representando um crescimento de 53,2% no valor desembolsado e de 32,8% na quantidade de operações com relação ao primeiro semestre de 2011.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o Banco do Nordeste contratou 97.549 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 391,4 milhões no segundo trimestre de 2012, o que representa um crescimento de 18,0% no valor contratado e redução de 8,4% na quantidade de operações com relação ao segundo trimestre de 2011. Quanto ao primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou R\$ 707,7 milhões no Pronaf por meio de 190.859 operações de financiamento, significando um crescimento de 18,1% no valor contratado e redução de 1,6% na quantidade de operações com relação ao primeiro semestre de 2011.

Cumprir registrar que, dentro do Pronaf, o Banco do Nordeste opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural, tendo sido contratado o valor de R\$ 202,5 milhões no segundo trimestre de 2012, com 83.565 operações realizadas com agricultores familiares, representando um crescimento de 12,6% no valor e uma redução de 11,9% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2011. No primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou 168.876 operações do Agroamigo no montante de aproximadamente R\$ 408,3 milhões, com um crescimento de 24,7% no valor e redução de 2,5% na quantidade com relação ao primeiro semestre de 2011.

Com relação ao programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste como um todo, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 1,3 bilhão no segundo trimestre de 2012, contratando 828.074 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação, com um crescimento de 47,6% no valor desembolsado e de 27,5% na quantidade de operações comparativamente a igual período de 2011. No primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou 1.505.037 operações em seus dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, com um valor desembolsado de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões, apresentando um crescimento de 47,4% no valor e de 27,6% na quantidade com relação ao primeiro semestre de 2011.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o Banco do Nordeste contratou 23.797 operações de financiamento no montante de aproximadamente R\$ 705,2 milhões ao longo do segundo trimestre de 2012, representando um crescimento de 11,4% no valor contratado e redução de 13,1% na quantidade de operações com relação ao segundo trimestre de 2011. No primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou o valor de R\$ 1,2 bilhão para um total de 45.913 operações de financiamento realizadas com as micro e pequenas empresas, o que significa um crescimento de 1,8% no valor contratado e redução de 13,1% na quantidade de operações em comparação com o primeiro semestre de 2011.

Quanto ao resultado financeiro, o Banco do Nordeste registrou lucro líquido no valor de R\$ 186,9 milhões no segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 16,9% em relação ao lucro do segundo trimestre de 2011, que foi de R\$ 225,0 milhões. No primeiro semestre de 2012, o lucro líquido do Banco do Nordeste foi de R\$ 246,0 milhões, valor 18,2% inferior ao lucro auferido no primeiro semestre de 2011, que foi de R\$ 300,7 milhões.

Comentário do Desempenho

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o BNB informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no segundo trimestre de 2012, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2012 e de 2011

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25- Benefício Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 12- Permanente	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 31- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, com matriz localizada na Avenida Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – Bacen e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);

Notas Explicativas

- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009);e
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação (Deliberação CVM nº 604, de 19.11.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados inicialmente à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “pro rata temporis”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor justo.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior através de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil e é também reconhecido na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Imposto de Renda, Contribuição Social, Pasep e Cofins

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para perdas de crédito e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Notas Explicativas

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

m) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira. A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.06.2012 e 30.06.2011.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Notas Explicativas

5

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.040.380	704.039	2.744.419	1.350.134	673.797	2.023.931
Receitas de Operações de Crédito	1.001.858	-	1.001.858	783.262	-	783.262
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	443.549	250.923	694.472	370.341	277.648	647.989
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	114.265	-	114.265	(40.167)	-	(40.167)
Resultado de Operações de Câmbio	107.323	-	107.323	34.656	-	34.656
Resultado de Aplicações Compulsórias	11.330	-	11.330	8.397	-	8.397
Outras Receitas	362.055	453.116	815.171	193.645	396.149	589.794
Despesas	(1.298.274)	(564.261)	(1.862.535)	(539.621)	(443.709)	(983.330)
Despesas de captação no mercado	(585.080)	-	(585.080)	(426.514)	-	(426.514)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(446.124)	(239.634)	(685.758)	(8.122)	(264.834)	(272.956)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(240.707)	(294.867)	(535.574)	(104.985)	(178.875)	(283.860)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(26.363)	(29.633)	(55.996)	-	-	-
Provisão Proagro a Receber	-	(127)	(127)	-	(101)	(101)
Margem Financeira	742.106	139.778	881.884	810.513	230.088	1.040.601
Rendas de Prestação de Serviços	117.023	593.518	710.541	115.569	520.828	636.397
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	13.435	-	13.435	9.435	-	9.435
Pasep e Cofins (1)	(39.371)	(48.608)	(87.979)	(40.363)	(44.689)	(85.052)
Resultado após tarifas e comissões	833.193	684.688	1.517.881	895.154	706.227	1.601.381
Despesas Administrativas			(1.151.445)			(846.544)
Despesas de pessoal			(731.665)			(484.654)
Depreciação e Amortização			(14.501)			(13.394)
Outras despesas administrativas			(405.279)			(348.496)
Outras Despesas			(305.345)			(239.634)
Despesas de provisões, exceto crédito			(35.204)			(41.137)
Lucro antes da tributação e participações			25.887			474.066
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			237.625			(148.204)
Participações no lucro			(17.506)			(25.169)
Lucro Líquido			246.006			300.693

(1) As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 217 (R\$ 31 em 30.06.2011) compõe o saldo de Outras Despesas

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Disponibilidades em moeda nacional	110.141	87.582
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.218	2.630
Total da Disponibilidade de Caixa	111.359	90.212
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	34.724	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.433.758	3.549.237
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 28.c)	5.579.841	3.639.449

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Aplicações no Mercado Aberto	5.400.698	3.503.949
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	5.325.315	3.415.123
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	75.383	88.826
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	274.107	347.001
Aplicações em Moeda Estrangeira	62.923	36.177
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	211.184	310.824
Total	5.674.805	3.850.950
Saldo de Curto Prazo	5.674.805	3.850.950

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	180.976	177.258
Posição Bancada	175.836	172.678
Posição Financiada	5.140	4.580
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	13.384	16.240
Total	194.360	193.498

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Títulos Disponíveis para Venda	10.546.353	8.698.275
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.931	11.009
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	184.060	293
Total	10.746.344	8.709.577
Saldo de Curto Prazo	280.904	252.069
Saldo de Longo Prazo	10.465.440	8.457.508

Notas Explicativas

7

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.06.2012				30.06.2011			
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	9.926.445	10.047.911	121.466		8.303.029	8.260.448	(42.581)	
Letras Financeiras do Tesouro	7.718.156	7.737.241	19.085	2012 a 2018	6.502.958	6.501.693	(1.265)	2011 a 2017
Letras do Tesouro Nacional	8	8	-	2014	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	1.120.056	1.328.930	208.874	2050	1.065.138	1.051.365	(13.773)	2050
Letras Financeiras	232.871	218.009	(14.862)	2014 a 2016	30.309	30.309	-	2016
Debêntures	815.000	750.082	(64.918)	2013 a 2018	653.908	653.222	(686)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	8.136	7.992	(144)	2013	19.031	19.031	-	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.993	5.413	(1.580)	2027	7.522	4.696	(2.826)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	24.909	-	(24.909)	1993	23.984	-	(23.984)	1993
Títulos da Dívida Agrária	316	236	(80)	2012 a 2022	179	132	(47)	2011 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	15.503	14.159	(1.344)		13.732	12.452	(1.280)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.344	-	(1.344)	2014	1.280	-	(1.280)	2014
Cotas de FIDC	13.830	13.830	-	2014	12.207	12.207	-	2014
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	229	229	-	Sem Vencimento	245	245	-	Sem Vencimento
FGO – Fundo de Garantia de Operações	100	100	-	Sem Vencimento	-	-	-	-
Títulos de Renda Variável	144.159	213.992	69.833		144.159	246.061	101.902	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	4.211	296	(3.915)	Sem Vencimento	4.211	552	(3.659)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	213.696	73.748	Sem Vencimento	139.948	245.509	105.561	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	270.794	270.291	(503)		179.926	179.314	(612)	
Letras Financeiras do Tesouro	266.178	266.693	515	2012 a 2017	175.630	175.625	(5)	2013 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	742	89	(653)	1993 a 2027	607	-	(607)	1993
Debêntures	3.874	3.509	(365)	2018	3.689	3.689	-	2018
Total da Categoria	10.356.901	10.546.353	189.452		8.640.846	8.698.275	57.429	
Crédito Tributário (Nota 10.e)	-	-	52.967		-	-	19.255	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas (Nota 16.d)	-	-	(128.748)		-	-	(42.227)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	113.671		-	-	34.457	

(1) Composição: Garantias de Operações em Bolsa: R\$ 143.125 (R\$ 129,191 em 30/06/2011); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação: R\$ 169 (R\$ 33,126 em 30/06/2011); Garantias em Processos Judiciais: R\$ 110.799 (R\$ 3.689 em 30/06/2011); e Demais Garantias: R\$ 14.769 (R\$ 13.309 em 30/06/2011).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCLE910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R\$ 189.452 (R\$ 57.429 em 30/06/2011). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 113.671 (R\$ 34.457 em 30/06/2011).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	15.931	15.931		11.009	11.009	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.738	1.738	2013	2.341	2.341	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	240	240	2013 a 2014	436	436	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	10.387	10.387	2017	7.082	7.082	2017
FGO-Fundo de Garantia de Operações	-	-		172	172	Sem Vencimento
FIP Brasil Agronegócios	3.566	3.566	2018	978	978	2018
Total da Categoria	15.931	15.931		11.009	11.009	

a.4) No primeiro semestre de 2012 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;
- 3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	180.976	177.258
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	13.384	16.240
Títulos de Renda Fixa	496.973	451.724
Títulos de Renda Variável	3.139	2.767
Total	694.472	647.989

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2012, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.06.2012							
Especificação	Vr. Nocional	Valor Justo		Curva		Ajuste a Mercado	
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	184.060	-	159.170	-	24.890	-
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	262.263	-	26.780	-	9.077	-	17.703
Total	1.349.898	184.060	26.780	159.170	9.077	24.890	17.703

Composição em 30.06.2011							
Especificação	Vr. Nocional	Valor Justo		Curva		Ajuste a Mercado	
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	53.357	-	41.005	-	12.352
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	341.219	293	18.214	122	12.727	171	5.487
Total	850.239	293	71.571	122	53.732	171	17.839

Notas Explicativas

Especificação	30.06.2012		30.06.2011	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	4.755	105	5.059
3 a 12 meses	-	5.087	60	2.513
1 a 3 anos	-	13.648	128	8.829
3 a 5 anos	118.507	3.290	-	55.170
5 a 15 anos	65.553	-	-	-
Total	184.060	26.780	293	71.571

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor da Curva ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Ajuste a Valor de Mercado	Valor da Curva ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Ajuste a Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge						
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira Dólar	1.261.532	1.286.034	24.890	477.441	465.089	(12.352)
Item Objeto de Hedge						
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.220.229	1.287.241	67.012	470.782	456.615	(14.167)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos tributários, com relação ao Item Objeto de Hedge

A operação foi avaliada como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do semestre.

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
<i>Swap</i> - Taxa Prefixada	339.781	357.359	17.703	440.226	445.542	5.316

c.3) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	50.707	-
Total	50.707	-

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
<i>Swap</i>	114.265	(40.167)
Total	114.265	(40.167)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	243.714	-	243.714	195.532	-	195.532
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	25.975	-	25.975	28.294	-	28.294
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	58.515	(22.447)	36.068	55.102	(26.436)	28.666
Tesouro Nacional - Crédito Rural	6.603	(1.159)	5.444	5.595	(1.207)	4.388
Total	334.807	(23.606)	311.201	284.523	(27.643)	256.880
Saldo de Curto Prazo	276.280	(1.159)	275.121	229.081	(1.207)	227.874
Saldo de Longo Prazo	58.527	(22.447)	36.080	55.442	(26.436)	29.006

Notas Explicativas

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	7.512	7.166
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.623	1.677
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	28	67
Desvalorização de Créditos Vinculados	2.167	(513)
Total	11.330	8.397

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2012		30.06.2011	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.966.389	(614.329)	10.515.113	(636.443)
Curto Prazo	4.906.796	(288.677)	4.817.993	(378.649)
Longo Prazo	6.059.593	(325.652)	5.697.120	(257.794)
Outras Rubricas com Características de Crédito	526.811	(13.062)	511.076	(7.480)
Curto Prazo	525.965	(5.379)	510.187	(4.572)
Longo Prazo	846	(7.683)	889	(2.908)
Total	11.493.200	(627.391)	11.026.189	(643.923)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Adiantamentos a Depositantes	152	750
Empréstimos	5.033.009	5.025.665
Títulos Descontados	165.099	163.773
Financiamentos	1.960.954	1.723.162
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	139.487	130.647
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	457.171	525.012
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.355.433	1.276.179
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.854.841	1.669.682
Subtotal de Operações de Crédito	10.966.389	10.515.113
Avais e Fianças Honrados	-	70
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.543	9.909
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.655	2.627
Títulos e Créditos a Receber	4.348	4.082
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	507.265	494.388
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	526.811	511.076
Total	11.493.200	11.026.189

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Empréstimos e Títulos Descontados	489.681	438.179
Financiamentos	394.809	222.349
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	75.305	75.881
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	41.389	47.207
Avais e Fianças Honrados	-	1
Outros Valores	674	(355)
Total	1.001.858	783.262

Notas Explicativas

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2012	Total em 30.06.2011
Rural	25.828	56.023	34.952	88.480	54.135	1.058.965	1.318.383	1.224.692
Indústria	112.729	71.610	69.275	277.401	373.375	1.398.546	2.302.936	2.840.168
Governo	4.531	5.984	19.315	18.076	49.247	1.300.224	1.397.377	1.225.319
Outros Serviços	382.107	376.630	337.738	565.316	759.343	1.615.035	4.036.169	2.959.718
Comércio	196.054	116.066	96.566	321.654	441.800	357.816	1.529.956	1.818.695
Intermediários Financeiros	15.358	15.707	13.382	36.301	62.981	190.212	333.941	381.522
Habitação	984	664	539	816	145	26	3.174	243
Pessoas Físicas	5.040	3.835	3.713	10.803	9.587	17.820	50.798	50.960
Total	742.631	646.519	575.480	1.318.847	1.750.613	5.938.644	10.972.734	10.501.317

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2012	Total em 30.06.2011
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	297	284	142	1.100	1.576	6.030	9.429	25.722
Indústria	4.824	4.957	3.519	9.011	14.290	28.441	65.042	145.237
Outros Serviços	4.702	4.241	3.910	9.540	15.983	42.356	80.732	56.917
Comércio	7.494	6.548	6.251	25.165	24.059	42.866	112.383	62.389
Intermediários Financeiros	127	121	128	357	864	1.425	3.022	4.344
Habitação	5	5	4	-	-	-	14	-
Pessoas Físicas	534	419	366	709	1.383	1.547	4.958	4.140
Total	17.983	16.575	14.320	45.882	58.155	122.665	275.580	298.749

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 30.06.2012	Total em 30.06.2011
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	127	9.852	227	2.506	3.674	4.342	15.105	35.833	36.510
Indústria	999	2.027	4.080	10.120	19.802	22.126	68	59.222	73.396
Outros Serviços	760	12.384	8.546	10.456	21.408	12.106	125	65.785	61.427
Comércio	2.114	10.323	17.841	6.589	17.455	24.156	318	78.796	51.081
Intermediários Financeiros	-	-	130	139	428	730	-	1.427	155
Habitação	-	5	1	-	-	-	-	6	-
Pessoas Físicas	50	545	442	417	1.087	1.240	36	3.817	3.554
Total	4.050	35.136	31.267	30.227	63.854	64.700	15.652	244.886	226.123

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2012				30.06.2011			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.544.263	-	3.544.263	-	2.954.782	-	2.954.782	-
A	4.474.679	-	4.474.679	22.373	4.711.340	-	4.711.340	23.557
B	1.850.293	63.360	1.913.653	19.137	2.332.572	34.760	2.367.332	23.673
C	293.108	51.794	344.902	10.347	155.943	40.965	196.908	5.907
D	545.661	38.188	583.849	58.385	106.049	23.605	129.654	12.965
E	30.232	51.733	81.965	24.589	41.306	25.394	66.700	20.010
F	11.446	35.777	47.223	23.611	12.309	41.339	53.648	26.824
G	29.149	83.243	112.392	78.675	23.420	26.042	49.462	34.624
H	193.903	196.371	390.274	390.274	163.596	332.767	496.363	496.363
Total	10.972.734	520.466	11.493.200	627.391	10.501.317	524.872	11.026.189	643.923

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Semestre

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Saldo Inicial	630.060	652.918
(+) Constituição de provisão líquida no semestre	240.389	104.418
(-) Créditos baixados como prejuízo no semestre	(243.058)	(113.413)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	627.391	643.923
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.f)	46.382	27.278
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	673.773	671.201

Notas Explicativas

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	232.462	132.480
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	7.927	-
(-) Reversões de provisões operacionais	-	(28.062)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	240.389	104.418
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	318	567
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	240.707	104.985

f) No 1º semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 41.389 (R\$ 47.207 em 30.06.2011) e as renegociações importaram em R\$ 454.333 (R\$ 287.948 em 30.06.2011).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008 e nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2012, um efeito positivo no valor de R\$ 32.077 (R\$ 88.288 em 30.06.2011), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Efetivação de Rendas	13.308	33.500
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	13.096	16.707
Despesas com Deságios	(3.272)	(12.025)
Efeito Líquido de Provisões	8.945	50.106
Total	32.077	88.288

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	70
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	579.857	483.434
c) Rendas a Receber	24.468	23.840
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	6
e) Diversos	1.639.114	1.245.652
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	628.566	293.313
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	52.967	19.255
Devedores por Depósitos em Garantia	667.046	710.278
Impostos e Contribuições a Compensar	79.186	95.424
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	69.622	86.656
Outros Valores	9.564	8.768
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	4.348	4.082
Adiantamentos e Antecipações Salariais	21.061	18.698
Pagamentos a Ressarcir	8.317	8.075
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	4.439	2.971
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	25.490	17.353
Outros Valores	120.946	49.455
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(59.444)	(34.758)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(13.062)	(7.480)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.382)	(27.278)
Total	2.183.999	1.718.244
Saldo de Curto Prazo	1.800.100	1.544.509
Saldo de Longo Prazo	383.899	173.735

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Ativo – Outros Créditos	579.857	483.434
Câmbio Comprado a Liquidar	564.192	468.045
Direitos sobre Vendas de Câmbio	5.971	6.862
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(3.849)	(1.382)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.543	9.909
Ativo Circulante (Nota 10.b)	579.857	483.434
Passivo – Outras Obrigações	17.246	8.885
Obrigações por Compras de Câmbio	518.699	496.439
Câmbio Vendido a Liquidar	5.812	6.834
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(507.265)	(494.388)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	17.246	8.885

b) Resultado de Câmbio

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Rendas de Câmbio	107.633	34.865
Despesas de Câmbio	(310)	(209)
Total	107.323	34.656

Notas Explicativas

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 30.06.2012		30.06.2012		30.06.2011	
	Saldo Contábil	Movimentações	Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	5.011	(5.011)	-	-	-
Ações e Cotas	652	-	652	944	(292)	652	652	652
Bens Artísticos e Valtosos	916	137	1.053	1.053	-	1.053	840	840
Total	1.568	137	1.705	7.008	(5.303)	1.705	1.705	1.492

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 30.06.2012				30.06.2012		30.06.2011	
	Saldo Contábil	Movimentações (2)	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Edificações	100.517	7.772	103.671	233.916	(130.245)	103.671	233.916	(130.245)	103.671	103.725
Sistema de Processamento de Dados	23.151	10.656	29.086	79.198	(50.112)	29.086	79.198	(50.112)	29.086	25.740
Móveis e Equipamentos de Uso	22.087	2.321	22.298	52.586	(30.288)	22.298	52.586	(30.288)	22.298	22.525
Terenos	17.025	-	17.025	17.025	-	17.025	17.025	-	17.025	17.245
Instalações	7.259	547	7.072	16.714	(9.642)	7.072	16.714	(9.642)	7.072	7.651
Sistema de Comunicação	139	3	129	425	(296)	129	425	(296)	129	155
Imobilização em Curso (1)	4.206	440	4.646	4.646	-	4.646	4.646	-	4.646	4.488
Sistema de Segurança	4.867	878	5.261	11.805	(6.544)	5.261	11.805	(6.544)	5.261	3.933
Sistema de Transporte	6.318	-	4.906	16.121	(11.215)	4.906	16.121	(11.215)	4.906	7.728
Total	185.569	22.617	194.094	432.436	(238.342)	194.094	432.436	(238.342)	194.094	193.189

(1) Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

(2) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 30.06.2012				30.06.2012		30.06.2011	
	Saldo Contábil	Movimentações (1)	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Gastos em Imóveis de Terceiros	1.695	-	1.274	3.615	(2.341)	1.274	3.615	(2.341)	1.274	2.070
Gastos com aquisição Desenvolvimento de Logiciais	8	-	4	41	(37)	4	41	(37)	4	12
Total	1.703	-	1.278	3.656	(2.378)	1.278	3.656	(2.378)	1.278	2.082

(1) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Depósitos à Vista	136.064	152.711
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	26.754	26.536
Depósitos de Governos	26.943	37.339
Depósitos Vinculados	35.914	51.251
Pessoas Jurídicas	18.706	22.197
Pessoas Físicas	24.971	14.026
Outros Valores	2.776	1.362
Depósitos de Poupança	1.470.180	1.354.021
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	920.910	800.465
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	548.394	552.468
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	876	1.088
Depósitos Interfinanceiros	787.554	740.240
Depósitos a Prazo	6.750.930	6.567.439
Depósitos a Prazo	4.758.333	4.758.125
Depósitos Judiciais com Remuneração	672.456	511.918
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 27)	80.763	27.601
Proger Urbano	10.382	2.335
Pronaf	402	133
Protrabalho	5.339	1.321
Infraestrutura	22.569	23.565
Estiagem	1.779	105
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	40.292	142
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 27)	540.995	522.166
Proger Urbano	63.960	61.477
Pronaf	-	824
Protrabalho	143.198	177.350
Infraestrutura	238.422	255.435
Estiagem	7.267	10.773
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	88.148	16.307
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	697.426	746.225
Outros Valores	957	1.404
Total	9.144.728	8.814.411
Saldo de Curto Prazo	5.229.498	4.723.715
Saldo de Longo Prazo	3.915.230	4.090.696

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Carteira Própria	761.456	684.554
Letras Financeiras do Tesouro	761.456	684.554
Carteira de Terceiros	75.383	88.827
Letras Financeiras do Tesouro	-	30.386
Notas do Tesouro Nacional	75.383	58.441
Total	836.839	773.381
Saldo de Curto Prazo	757.199	633.871
Saldo de Longo Prazo	79.640	139.510

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Despesas de Captações com Depósitos	(548.769)	(394.065)
Depósitos a Prazo	(218.081)	(266.388)
Depósitos de Poupança	(33.009)	(32.160)
Depósitos Judiciais	(23.633)	(11.628)
Depósitos Interfinanceiros	(7.423)	(11.071)
Depósitos Especiais - FAT	(47.906)	(54.205)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(214.021)	-
Outros Depósitos	(4.696)	(18.613)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(36.311)	(32.449)
Carteira de Terceiros	(5.154)	(4.584)
Carteira Própria	(31.157)	(27.865)
Total	(585.080)	(426.514)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2012	Total em 30.06.2011
Empréstimos no País	17.186	-	34.371	-	-	-	51.557	63.351
Empréstimos no Exterior	241.657	394.050	-	-	-	-	635.707	534.752
Repasses do País	59.325	189.989	232.446	367.262	470.380	221.786	1.541.188	1.133.879
Repasses do Exterior	14.852	72.518	171.142	178.041	387.619	36.425	860.597	702.365
Total	333.020	656.557	437.959	545.303	857.999	258.211	3.089.049	2.434.347

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2012	30.06.2011
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	51.557	63.351
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	635.707	534.752
Total		687.264	598.103
Saldo de Curto Prazo		652.893	550.590
Saldo de Longo Prazo		34.371	47.513

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2012	30.06.2011
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	863	1.035
BNDES		1.386.232	1.048.397
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.023.299	817.045
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	362.933	231.352
Finame		154.093	84.447
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	137.519	68.488
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	16.574	15.959
Total		1.541.188	1.133.879
Saldo de Curto Prazo		249.314	174.654
Saldo de Longo Prazo		1.291.874	959.225

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2012	30.06.2011
BID-Produtor	USD + 1,10 ou UCBI + 1,79	853.368	696.159
BID-Outros Programas	USD + 1,10	6.921	5.809
Outros Programas	USD + 6,0	308	397
Total		860.597	702.365
Saldo de Curto Prazo		87.370	65.679
Saldo de Longo Prazo		773.227	636.686

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.025)	(2.476)
Obrigações por Empréstimos no País	(2.025)	(2.476)
Despesas de Obrigações por Repasses	(320.845)	(55.423)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(178.966)	(46.623)
Tesouro Nacional	(6)	(44)
BNDES	(176.168)	(40.225)
Finame	(2.792)	(1.487)
Outras Instituições	-	(4.867)
Despesas de Repasses do Exterior	(141.879)	(8.800)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(127.806)	(3.407)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(235.082)	(211.650)
Total	(685.758)	(272.956)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2012 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2012 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2011 ⁽²⁾
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	610.019	635.391	456.966
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	611.275	652.914	-
Total				600.000	1.221.294	1.288.305	456.966
Saldo de Curto Prazo						8.514	2.803
Saldo de Longo Prazo						1.279.791	454.163

(1) As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

(2) Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2012	30.06.2011
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	91,03 CDI	198.692	203.099	-
Saldo de Curto Prazo			202.694	-
Saldo de Longo Prazo			405	-

(1) Título com prazo médio de vencimento de 226 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.399	32.300
Recursos do Proagro	425	504
Recebimento de Tributos Federais	39.032	27.910
IOF a Recolher	3.541	3.315
Outros Tributos e Assemelhados	401	571
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	17.246	8.885
c) Sociais e Estatutárias	73.211	181.335
Dividendos e Bonificações a Pagar	61.810	156.253
Participações nos Lucros	11.070	25.082
Outros Tributos e Assemelhados	331	-
d) Fiscais e Previdenciárias	441.469	371.743
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	112.271	106.080
Impostos e Contribuições	80.562	78.786
Causas Fiscais	31.709	27.294
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	137.658	52.841
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	128.748	42.227
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	8.910	10.614
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	141.077	164.973
Imposto de Renda	86.603	101.567
Contribuição Social	54.474	63.406
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	50.463	47.849
e) Negociação e Intermediação de Valores	9	-
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.020.353	4.320.213
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	5.884.546	4.210.821
Outros Valores	135.807	109.392
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	1.125.109	1.073.804
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	1.274.570	1.157.058
i) Diversas	3.414.480	2.720.470
Provisão para Passivos Contingentes	1.932.741	1.535.025
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	178.247	174.209
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	101.637	107.024
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	103	44
FNE (Nota 22.e.vii)	1.560.138	1.249.397
Repasse	1.243	388
Risco Integral	90.000	81.339
Risco Compartilhado	1.468.895	1.167.670
FDNE (Nota 22.e.viii)	1.915	1.168
Proagro (Nota 22.e.ix)	3.402	3.183

Notas Explicativas

Outros Passivos Contingentes (Notas 22.e.x)	87.299	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.365.144	1.073.495
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 600	1.185.819	918.884
Plano de Aposentadoria e Pensão	514.543	467.499
Plano de Assistência Médica	671.276	451.385
Despesa de Pessoal	142.012	127.310
Outros Valores	37.313	27.301
Outros Valores	116.595	111.950
Total	12.409.846	9.865.808
Saldo de Curto Prazo	4.849.591	3.591.348
Saldo de Longo Prazo	7.560.255	6.274.460

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o Banco e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Bacen autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2012	30.06.2011
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.125.109	1.073.804

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Bacen.

Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.274.570	1.157.058
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	351.737	326.846
Recursos aplicados ⁽²⁾	922.833	830.212
Total	1.274.570	1.157.058

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.03.2012, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 132.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.010.000 para R\$ 2.142.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Bacen.

Composição em 30.06.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 30.06.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Notas Explicativas

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 24.051 (R\$ 26.231 em 30.06.2011) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no semestre importa em R\$ 1.147 (R\$ 1.833 em 30.06.2011) e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.06.2012, representam, respectivamente, R\$ 29,90 e R\$ 21,99 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
1. Lucro Líquido	246.006	300.693
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.147	1.213
3. Lucro Líquido Ajustado	247.153	301.906
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	12.300	15.035
Dividendos (Nota 19.e)	55.785	92.081
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 19.e)	67.300	63.964
Reserva Estatutária (item 4 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	111.768	130.826

e) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento antecipado de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,05% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. Por conta dessa proposição, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe correspondente a 25% do Lucro Líquido do semestre (R\$ 61.468), referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 61.521 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
1. Lucro Líquido do Semestre	246.006	300.693
2. Reserva Legal Constituída	(12.300)	(15.035)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.147	1.213
4. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	11.070	24.901
5. Base de Cálculo dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	245.923	311.772
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no semestre (Nota 19.d)	67.300	63.964
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(96)	(132)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	67.204	63.832
9. Dividendos Propostos (Nota 19.d)	55.785	92.081
10. Total destinado aos acionistas (item 6+ item 9)	123.085	156.045
- JCP de R\$ 0,740834598495 por ação ordinária (em 30.06.2011: JCP de R\$ 0,70411790847 por ação ordinária)	35.913	34.133
- JCP de R\$ 0,814918058381 por ação preferencial (em 30.06.2011: JCP de R\$ 0,774529699118 por ação preferencial)	31.387	29.831
- Dividendos de R\$ 0,614076191098 por ação ordinária (em 30.06.2011: JCP de R\$ 1,013624291404 por ação ordinária)	29.769	49.137
- Dividendos de R\$ 0,67548381043 por ação preferencial (em 30.06.2011: JCP de R\$ 1,114986720752 por ação preferencial)	26.016	42.944

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 26.516 (R\$ 25.502 em 30.06.2011).

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Receitas de Prestação de Serviços	710.541	636.397
Administração de Fundos de Investimentos	8.169	6.570
Administração de Fundos e Programas	604.116	531.848
Prestação de Serviços	98.256	97.979
b) Rendas de Tarifas Bancárias	13.435	9.435
c) Despesas de Pessoal	(731.665)	(484.654)
Proventos	(315.990)	(295.749)
Encargos Sociais	(116.229)	(113.203)
Plano de Aposentadoria e Pensão	(94.616)	(11.495)
Plano de Assistência Médica	(158.406)	(24.724)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(46.424)	(39.483)
d) Outras Despesas Administrativas	(419.780)	(361.890)
Processamento de Dados	(74.100)	(57.387)
Propaganda e Publicidade	(14.432)	(12.687)
Serviços de Terceiros	(144.795)	(116.461)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(21.085)	(21.487)
Viagens	(8.008)	(6.627)
Comunicações	(15.669)	(14.110)
Depreciação e Amortização	(14.501)	(13.394)
Manutenção e Conservação de Bens	(15.686)	(15.277)
Vigilância, Segurança e Transporte	(18.912)	(15.085)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(8.780)	(9.248)
Serviços do Sistema Financeiro	(8.508)	(9.351)
Serviços Técnicos Especializados	(22.030)	(15.472)
Seguros	(2.160)	(2.025)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(23.133)	(30.051)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(703)	(539)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(1.935)	(1.758)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(14.000)	(9.200)
Outros Valores	(11.343)	(11.731)
e) Despesas Tributárias	(96.270)	(92.373)
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(88.196)	(85.083)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.138)	(6.839)
Outros Valores	(936)	(451)
f) Outras Receitas Operacionais	814.052	590.530
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	454.862	397.411
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	205.213	98.712
Recuperação de Encargos e Despesas	3.182	4.137
Reversão de Provisões Operacionais	63.695	291
Juros e Comissões	476	513
Correção Monetária	663	5.023
Resultado da Marcação a Mercado	-	106
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	23.058	34.900
Outros Valores	62.903	49.437
g) Outras Despesas Operacionais	(683.248)	(452.325)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(4.287)	-
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(155.996)	(74.950)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(3)	-
Descontos Concedidos em Renegociações	(2.757)	(4.188)
Encargos de Operações de Crédito	(4.220)	(4.804)
Riscos Fiscais	(1.824)	(5.803)
Riscos com Operações do FNE	(294.867)	(178.975)
Riscos com Operações do FDNE	(322)	(891)
Causas Trabalhistas	(19.288)	(19.361)
Causas Cíveis	(14.089)	(15.872)
Outras Causas	(3)	-
Outros Passivos Contingentes	(55.996)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(59.856)	(71.481)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(14.657)	(17.070)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(43.594)	(38.140)
Outros Valores	(11.489)	(20.790)
Total	(392.935)	(154.880)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º semestre de 2012 foi de R\$ 86.125 (R\$ 101.061 em 30.06.2011) e a de Contribuição Social foi de R\$ 54.187 (R\$ 63.103 em 30.06.2011).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	25.887	474.066	25.887	474.066
Participações Estatutárias s/Lucro (PLR)	(17.506)	(25.169)	(17.506)	(25.169)
Juros Sobre o Capital Próprio (JCP)	(67.300)	(63.964)	(67.300)	(63.964)
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	(58.919)	384.933	(58.919)	384.933
Adições/Exclusões Permanentes	(18.774)	(15.650)	(18.774)	(15.650)
Adições/Exclusões Temporárias	440.853	53.424	440.853	53.424
Resultado Tributável antes das Compensações	363.160	422.707	363.160	422.707
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Resultado Tributável após Compensações	363.160	422.707	363.160	422.707
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(90.778)	(105.665)	(54.474)	(63.406)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.175	4.099	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	478	505	287	303
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(86.125)	(101.061)	(54.187)	(63.103)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	236.215	9.980	141.722	5.980
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	150.090	(91.081)	87.535	(57.123)
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação	254,74%	23,66%	148,57%	14,84%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	86.125	101.061	54.187	63.103
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	478	506	287	303
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	86.603	101.567	54.474	63.406
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(49.174)	(60.567)	(22.259)	(27.434)
Valor do Ajuste no Período	37.429	41.000	32.215	35.972

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IR devido + alíquota de 10% como adicional de IR ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

Em abril/2012 o Banco constituiu créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas em operações de crédito realizadas com recursos do FNE, excetuando-se as operações que não se enquadram nos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002). Os créditos ativados referentes a essas operações foram constituídos com base em Estudos Técnicos realizados naquela data que demonstram a probabilidade de sua realização no prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular Bacen nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2011	156.634	14.658	93.995	8.795	250.629	23.453
(+) Constituição de Créditos	264.810	2.513.930	158.893	1.508.358	423.703	4.022.288
(-) Realização de Créditos	(28.595)	(2.495.484)	(17.171)	(1.497.290)	(45.766)	(3.992.774)
Saldo Final em 30.06.2012	392.849	33.104	235.717	19.863	628.566	52.967

Notas Explicativas

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.670	104.016	5.202	277.352	13.872
(+) Constituição de Créditos	51.439	1.004.680	30.870	602.808	82.309	1.607.488
(-) Realização de Créditos	(41.458)	(1.001.316)	(24.890)	(600.789)	(66.348)	(1.602.105)
Saldo Final em 30.06.2011	183.317	12.034	109.996	7.221	293.313	19.255

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Total das Diferenças Temporárias	3.724.298	3.065.459	3.724.298	3.065.459
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	931.074	766.365	558.644	459.819
3. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	33.104	12.034	19.863	7.221
4. Total dos Créditos Tributários (item 2 + item 3)	964.178	778.399	578.507	467.040
5. Créditos Tributários Ativados sobre Diferenças Temporárias	392.849	183.317	235.717	109.996
6 Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	33.104	12.034	19.863	7.221
7. Total de Créditos Tributários Ativados (item 5+ item 6)	425.953	195.351	255.580	117.217
8. Créditos Tributários Não Ativados (item 4 - item 7) ⁽¹⁾	538.225	583.048	322.927	349.823

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2012

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	7,42	73.695	71.104	44.217	42.662	117.912	113.766
2013	8,45	92.201	82.029	55.321	49.217	147.522	131.246
2014	8,96	39.799	32.496	23.879	19.498	63.678	51.994
2015	8,88	26.093	19.568	15.656	11.741	41.749	31.309
2016	8,58	104.220	71.980	62.532	43.188	166.752	115.168
2017	8,58	56.841	36.156	34.112	21.698	90.953	57.854
TOTAL		392.849	313.333	235.717	188.004	628.566	501.337

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente, consideramos a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 13.07.2012.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
2012	11.844	7.106	18.950
2013	38	23	61
2014	1.833	1.100	2.933
2015	2.328	1.397	3.725
2016	15.924	9.555	25.479
2017 a 2019	729	438	1.167
2020 a 2022	7	4	11
2027 a 2029	401	240	641
TOTAL	33.104	19.863	52.967

c) Despesas Tributárias

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(88.196)	(85.083)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.138)	(6.839)
Outros Valores	(936)	(451)
Total	(96.270)	(92.373)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco;

Notas Explicativas

iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota.

Especificação	30.06.2012			30.06.2011		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
a)PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
a.1)Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	80.562	80.562	01	78.786	78.786	01
a.2) Causas Fiscais	907.956	31.709	196	761.677	27.294	204
i) Obrigação Legal	612	612	08	908	908	09
ii) Outras Obrigações-Diversas	907.344	31.097	188	760.769	26.385	195
Provável	31.097	31.097	-	26.385	26.385	-
Possível	663.057	-	-	544.286	-	-
Remota	213.190	-	-	190.098	-	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)						
b.1) Causas Trabalhistas	264.439	178.247	821	248.467	174.209	803
Provável	178.247	178.247	-	174.209	174.209	-
Possível	31.812	-	-	32.985	-	-
Remota	54.380	-	-	41.273	-	-
b.2) Causas Cíveis	2.748.040	101.637	5.166	2.276.677	107.024	4.792
Provável	101.637	101.637	-	107.024	107.024	-
Possível	495.271	-	-	481.693	-	-
Remota ⁽¹⁾	2.151.132	-	-	1.687.960	-	-
b.3) Outras Causas	1.487	103	43	1.713	44	40
Provável	103	103	-	44	44	-
Possível	976	-	-	658	-	-
Remota	408	-	-	1.011	-	-

⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira, está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra referente a benefício de previdência complementar – Capef- R\$ 637.284; b) repetição de indébito- R\$ 241.830; c) indenização por danos morais e materiais- R\$ 170.215; e d) pagamento de multa e indenização por danos morais- R\$ 137.640. Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.186.968.

e) Movimentação das Provisões

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.269	74.847
Constituição	2.891	4.231
Reversão/Utilização/Baixa	(4.598)	(292)
Saldo Final	80.562	78.786
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	1.063	551
Constituição	95	357
Reversão/Utilização/Baixa	(546)	-
Saldo Final	612	908
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	29.246	26.127
Constituição	1.924	2.054

Notas Explicativas

Reversão/Utilização/Baixa	(73)	(1.796)
Saldo Final	31.097	26.385
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	182.824	161.863
Constituição	21.909	19.547
Reversão/Utilização/Baixa	(26.486)	(7.201)
Saldo Final (Nota 16.i)	178.247	174.209
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.653	92.970
Constituição	29.966	15.872
Reversão/Utilização/Baixa	(34.982)	(1.818)
Saldo Final (Nota 16.i)	101.637	107.024
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	140	65
Constituição	29	1
Reversão/Utilização/Baixa	(66)	(22)
Saldo Final (Nota 16.i)	103	44
vii) FNE		
Saldo Inicial	1.386.807	1.177.757
Constituição	294.866	178.875
Reversão/Utilização/Baixa	(121.535)	(107.235)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.560.138	1.249.397
viii) FDNE		
Saldo Inicial	1.593	277
Constituição	322	891
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.i)	1.915	1.168
ix) Proagro		
Saldo Inicial	3.299	3.300
Constituição	103	100
Reversão/Utilização/Baixa	-	(217)
Saldo Final (Nota 16.i)	3.402	3.183
x) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	86.551	-
Constituição	55.996	-
Reversão/Utilização/Baixa	(55.248)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	87.299	-

f)O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Area Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.

g)Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h)A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2012, R\$ 297.064. Na posição de 30.06.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 242.908 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 30.06.2012, perfazem respectivamente, R\$ 172.663 e R\$ 117.096. Na posição de 30.06.2011, representavam, respectivamente, R\$ 141.186 e R\$ 95.749, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2012, R\$ 90.910. Na posição de 30.06.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 76.972, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2012, R\$ 35.415. Na posição de 30.06.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 29.986 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2012, R\$ 25.516. Na posição de 30.06.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 1.903 com nível de risco possível.

Notas Explicativas

i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Demandas Trabalhistas	422.459	394.856
Demandas Fiscais	203.130	283.871
Demandas Cíveis	31.157	21.943
Total	656.746	700.670

j) Em “Outros Passivos Contingentes”, encontra-se registrado o valor de R\$ 67.088, referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna. Nessa rubrica, o Banco também registrou o valor de R\$ 15.155 relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação. Em 30.06.2011, não havia valores provisionados em outros passivos contingentes.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.06.2012	30.06.2011
Máxima	26.481,45	24.275,20
Mínima	948,65	887,65
Média	7.145,29	6.343,62

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Semestre

Especificação	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual	218.279,62	145.328,43	15.684,66	16.012,10	15.684,66	16.012,10
Menor remuneração individual	153.833,77	145.294,47	15.684,66	16.012,10	15.684,66	16.012,10
Remuneração média individual	186.409,97	148.130,79	15.684,66	16.069,20	15.725,25	15.915,98
Número de membros ⁽²⁾	7	7	6	6	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 59ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 91ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 30.03.2012.

⁽²⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2012, o número de funcionários do Banco totalizava 6.029 (6.049 em 30.06.2011), registrando-se, uma redução de 0,33% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

No semestre foi provisionado o valor de R\$ 17.506 (R\$ 25.169 em 30.06.2011), referente à participação dos empregados e administradores nos lucros. Desse montante, R\$ 140 refere-se à participação dos administradores do Banco, aprovada na 91ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária, de 30.03.2012. Em junho de 2012, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 6.296, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2011, aprovado na 92ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.05.2012, também registrado na mesma rubrica. Por fim, em junho de 2012, foi provisionado o valor de R\$ 11.070, referente à participação dos empregados no resultado do 1º semestre, equivalente a 8,99% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 4,5% do lucro líquido do semestre.

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco no reconhecimento de suas obrigações:

a) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

Notas Explicativas

b) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

b.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

b.1.1) Regime Atuarial no âmbito da CAPEF

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

b.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

b.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2012, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2011, 1:1).

b.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

b.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

b.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

c) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela Probus Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela Capef, pela Camed e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM nº 600:

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	3.219.990	3.109.048	60.530	16.495	601.318	492.916
2. Custo do Serviço Corrente	8.199	7.492	22.268	19.007	5.529	4.854
3. Custo dos Juros	168.644	161.598	3.170	816	31.493	25.620
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	(135.797)	(127.909)	(54)	(13)	(19.350)	(16.621)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	25.750	23.975	-	-	6.051	6.034
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(4.104)	(3.996)	(803)	(735)	(3.242)	(2.466)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial ⁽²⁾	262.663	(151.304)	(1.574)	5	106.653	19.928
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	3.545.345	3.018.904	83.537	35.575	728.452	530.265

(1) Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

(2) Número de equilíbrio.

Notas Explicativas

d) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 600, na posição de 30.06.2012, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela Capec e Camed, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.545.345 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.030.802, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 514.543;

ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 83.537 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no mesmo montante de R\$ 83.493, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 44.

b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 728.452 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 57.176, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 671.276.

e) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

Especificação	Capec				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	2.762.074	2.618.418	60.530	16.494	73.826	58.171
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	178.465	181.331	4.215	1.129	4.025	2.806
3. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.280	1.352	11.125	9.513	6.353	5.695
4. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	26.976	25.296	11.143	9.495	14.622	13.604
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(135.797)	(127.909)	(54)	(13)	(19.350)	(16.621)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	25.750	23.975	-	-	6.051	6.034
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(4.104)	(3.996)	(803)	(735)	(3.242)	(2.466)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	176.158	(167.062)	(2.663)	(308)	(25.109)	11.657
9. Valor justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.030.802	2.551.405	83.493	35.575	57.176	78.880

(1) Capec – Plano BD: Contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; Camed – Plano Natural: Contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

(2) Camed – Plano Natural: Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

(3) Número de Equilíbrio.

f) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

Especificação	Capec				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.545.345	3.018.904	83.537	35.575	728.452	530.265
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.030.802)	(2.551.405)	(83.493)	(35.575)	(57.176)	(78.880)
3. Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	514.543	467.499	44	-	671.276	451.385
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	514.543	467.499	44	-	671.276	451.385

g) Despesa reconhecida nas Demonstrações do Resultado

Especificação	Capec				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Custo do Serviço Corrente	8.199	7.492	22.268	19.007	5.529	4.855
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(1.280)	(1.352)	(11.125)	(9.512)	(6.353)	(5.695)
3. Custo dos Juros	168.644	161.598	3.170	816	31.493	25.620
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(178.465)	(181.331)	(4.215)	(1.129)	(4.025)	(2.806)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	86.505	15.758	1.089	313	131.762	8.270
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	-	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	83.603	2.165	11.187	9.495	158.406	30.244

(1) Contribuições recebidas de participantes ativos

h) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

Especificação	Capec				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Renda Fixa	86,97	82,99	84,77	82,76	0,23	12,03
Renda Variável	4,19	5,37	13,73	17,24	98,90	87,33
Investimentos Imobiliários	5,76	5,68	-	-	0,87	0,64
Empréstimos e Financiamentos	3,07	3,77	1,50	-	-	-
Outros	0,01	2,19	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	1,17	1,25	-	-	0,23	12,03
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	0,78	0,74	-	-	0,87	0,64

Notas Explicativas**i) Retorno real dos ativos dos planos**

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	178.465	181.331	4.215	1.129	4.025	2.806
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	176.158	(167.062)	(2.663)	(308)	(25.109)	11.657
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	354.623	14.269	1.552	821	(21.084)	14.463

j) Valores atuariais para o semestre corrente e os últimos três exercícios

Especificação	Capecf						
	Plano BD				Plano CV I		
	30.06.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	30.06.2012	31.12.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.545.345)	(3.219.990)	(3.109.048)	(2.738.730)	(83.537)	(60.531)	(16.494)
2. Ativos do Plano	3.030.802	2.762.074	2.618.418	2.255.509	83.493	60.531	16.494
3. Superávit (déficit)	(514.543)	(457.916)	(490.630)	(483.221)	(44)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano							
a. Montante	(262.663)	25.348	(238.465)	(392.699)	1.574	1.162	742
b. Percentual (a.a.)	7,41%	(0,79%)	7,67%	14,34%	(1,88%)	(1,92%)	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano							
a. Montante	176.158	(77.022)	202.189	107.755	(2.663)	(1.824)	(742)
b. Percentual (a.a.)	5,81%	(2,79%)	7,72%	4,78%	(3,19%)	(3,02%)	(4,50%)

Especificação	Camed			
	Plano Natural			
	30.06.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
1. Obrigação de Benefício Definido	(728.452)	(601.318)	(492.916)	(469.032)
2. Ativos do Plano	57.176	73.826	58.171	11.789
3. Superávit (déficit)	(671.276)	(527.492)	(434.745)	(457.243)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				
a. Montante	(106.652)	(70.860)	12.168	(72.418)
b. Percentual (a.a.)	14,64%	11,78%	(2,47%)	15,44%
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	(25.109)	(1.487)	(58.205)	(6.670)
b. Percentual (a.a.)	(43,92%)	(2,01%)	(100,06%)	(56,58%)

k) Estimativa de contribuições para o exercício de 2012**k.1) Dados de Entrada**

Especificação	Capecf		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,75%	10,75%	10,75%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	13,34%	14,41%	11,20%
3. Folha salarial de Participação Projetada ⁽¹⁾	50.274	234.574	
4. Custo do Serviço Corrente	21.794	44.536	12.318
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos ⁽¹⁾	3.344	22.287	11.564
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.762.074	60.531	73.826
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.219.990	60.531	601.318

(1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

k.2) Despesa Estimada para o exercício de 2012

Especificação	Capecf		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Custo do Serviço Corrente	21.794	44.536	12.318
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(3.344)	(22.287)	(11.564)
3. Custo dos Juros	346.120	6.506	64.636
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(368.461)	(8.722)	(8.269)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	111.382	2.177	184.680
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	107.491	22.210	241.801

(1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

l) Premissas utilizadas

Notas Explicativas

I.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	Plano CV I (Capef)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT2000 - Homens;	AT2000 - Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência do IAPC - Fraca ⁽¹⁾	Experiência do IAPC - Fraca ⁽¹⁾
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência da CAPEF - Fraca ⁽²⁾	-
Tábua de Rotatividade	Nenhuma	-

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

⁽²⁾ A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

I.2) Premissas Econômicas

Especificação	Capef (% a.a.)		Camed (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	4,51	4,51	4,51
Taxa de inflação futura	4,50	4,50	4,50
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	13,34	14,41	11,2
Índice de aumento salarial real estimado	1	-	1
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	-	-	-
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	-	-	-
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	-	-	3,15

I.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

I.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

m) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos

Especificação	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	7.584	(866)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	106.931	(87.634)

n) Comentários adicionais

n.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

n.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea “a” desta nota; e

n.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM nº 600.;

n.4) As melhores estimativas do Banco para as contribuições que se espera pagar para o exercício de 2012 e as contribuições pagas no 1º semestre de 2012 estão assim demonstradas:

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Contribuições esperadas para o exercício de 2012	57.625	22.287	30.841
Contribuições pagas no 1º semestre de 2012	26.976	11.143	14.622

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 40.454.558 (R\$ 35.549.756 em 30.06.2011) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 5.882.707 (R\$ 4.208.851 em 30.06.2011), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 224.977 (R\$ 209.623 em 30.06.2011).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

Notas Explicativas

- c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem e Seca-2012), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2012	Provisão em 30.06.2011
AA	2.793.625	-	-
A	11.928.154	29.794	26.829
B	9.216.211	46.608	41.005
C	957.606	14.232	8.091
D	715.975	35.985	23.281
E	289.092	43.268	39.096
F	290.118	75.604	67.170
G	243.727	99.838	81.572
H	2.417.835	1.214.809	962.353
Total	28.852.343	1.560.138	1.249.397

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 453.116 (R\$ 396.149 em 30.06.2011).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem e Seca-2012), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 546.698 (R\$ 481.873 em 30.06.2011).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	TADE	Valor
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	TADE 016/2006	1.398
Proger-Urbano Investimento	TADE 017/2006	22.026
FAT - Infraestrutura	TADE 018/2006	271.846
Pronaf Investimento	TADE 019/2006	282
Proger-Rural - Custeio	TADE 020/2006	1.320
Pronaf - Custeio	TADE 001/2007	341
Proger-Rural - Investimento	TADE 002/2007	18.000
PROTRABALHO Investimento	TADE 004/2007	144.320
PNMPO-Pr.Nac.Microcréd.Prod.Orientado	TADE 001/2010	99.997
Total		559.530

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 621.757 (R\$ 549.767 em 30.06.2011) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 80.762 (R\$ 27.601 em 30.06.2011).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT – Codefat nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.
- A partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Notas Explicativas

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.146	9	1.779	7.267	9.046
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	10.626	391	10.381	63.960	74.341
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	15.970	897	22.569	238.422	260.991
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	317	9	370	-	370
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	115	3	32	-	32
PROTRABALHO-Investimento	04/2007	RA	18.820	121	5.339	143.198	148.537
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	11.842	527	40.293	88.148	128.441
Total (Nota 13.a)			58.836	1.957	80.763	540.995	621.758

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.378	5	105	10.773	10.878
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	16.520	614	2.335	61.477	63.812
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	103.839	10.043	23.565	255.435	279.000
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	222	7	102	678	780
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	83	3	31	146	177
PROTRABALHO- Investimento	04/2007	RA	22.635	101	1.321	177.350	178.671
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	3.531	510	142	16.307	16.449
Total (Nota 13.a)			148.208	11.283	27.601	522.166	549.767

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, priorizando a identificação dos possíveis riscos existentes nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito Acima de R\$ 5.000 com risco total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.337.305 (R\$ 5.077.271 em 30.06.2011). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 2.429.142 (R\$ 2.143.112 em 30.06.2011). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias reais (alienação fiduciária de bens móveis, hipoteca e penhor), essas operações recebem outros tipos de garantias tais como quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas e fiança bancária, dentre outros.

e) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2012 (%)	30.06.2011 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	270,68	219,02
	Média dos últimos 12 meses	229,74	240,8
	Máximo dos últimos 12 meses	304,70	321,96
	Mínimo dos últimos 12 meses	187,04	175,15

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais:

Especificação	30.06.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	107.470	193.945	493.950	-	-
Depósitos a Prazo	51.205	548.783	848.956	2.847.115	3.068.241
Operações Compromissadas	757.705	-	-	-	126.184
Letras do Agronegócio - LCA	38.129	39.670	129.452	461	-
Total	954.509	782.398	1.472.358	2.847.576	3.194.425
Recursos Disponíveis (Nota 5)	5.579.841				

Especificação	30.06.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	51.145	107.329	1.023.133	2.663.716	927.678
Depósitos Interfinanceiros	74.889	81.111	577.165	14.762	-
Operações Compromissadas	634.355	-	33.967	133.979	9.526
Total	760.389	188.440	1.634.265	2.812.457	937.204
Recursos Disponíveis (Nota 5)	3.639.449				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de commodities.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e de não negociação, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;

Notas Explicativas

- c) relatório de exposição cambial;
- d) análise de sensibilidade;
- e) testes de estresse (*stresstesting*);
- f) testes de aderência (*backtesting*); e
- g) relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • Carteira de negociação: 1% do valor da carteira • Carteira de não negociação: 5% do valor da carteira 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	4.644.746	4.642.020	(2.726)	4.639.346	(5.400)
Carteira de Não Negociação						
Cupom de Dolar	Aumento do cupom	5.274	5.076	(198)	4.916	(358)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	936.124	882.832	(53.293)	834.144	(101.981)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(258.184)	(287.177)	(28.993)	(320.207)	(62.023)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	476.301	434.806	(41.495)	397.625	(78.675)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.655.213)	(1.656.575)	(1.362)	(1.657.347)	(2.133)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.164.484	4.047.472	(117.012)	3.943.296	(221.189)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários

2

e

3.

Notas Explicativas

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	<i>Swap</i> DI x Pre	(357.407)	(349.185)	(341.452)
		Ativo Prefixado	355.997	335.123	316.069
		Exposição Líquida	(1.410)	(14.062)	(25.383)
<i>Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.206.542	1.136.936	1.072.584
		Passivo em ME	(1.190.988)	(1.147.088)	(1.106.453)
		Exposição Líquida	15.554	(10.152)	(33.869)

Na data base de 30.06.2012, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

Notas Explicativas

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida no importe de R\$ 72.950 (R\$ 41.360 em 30.06.2011 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011	Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Disponibilidades	1.218	2.630	Depósitos	26.754	26.536
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	62.923	36.177	Relações Interdependências	51.187	29.215
Operações de Crédito	755.838	609.614	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	19.405	-
Outros Créditos	730.764	618.512	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.148.903	1.159.331
			Outras Obrigações	663.478	558.300
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.550.743	1.266.933	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.909.727	1.773.382
Operações de <i>Swap</i>	1.286.034	465.089	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.836.777	1.732.022	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.909.727	1.773.382

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.06.2012, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.06.2012, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco foi de 16,20% (17,23% em 30.06.2011), enquanto o PR foi de R\$ 4.936.576 (R\$ 4.515.788 em 30.06.2011). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.193.432 em 30.06.2012 (R\$ 2.833.292 em 30.06.2011).

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.936.576	4.515.788
. Nível I	2.483.743	2.277.169
. Nível II	2.452.833	2.238.619
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.193.432	2.833.292
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.728.324	2.433.749
. Parcela PJUR	1.478	537
. Parcela PCOM	351	395
. Parcela POPR	463.279	398.611
c) Valor do RBAN	157.814	49.994
Margem (a-b-c)	1.585.330	1.632.502
Índice de Basileia (Circ. Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	17,00%	17,53%
Índice de Basileia (Incluindo Valor RBAN)	16,20%	17,23%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.

Notas Explicativas

ii. Detalhamento do PR

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Patrimônio de Referência (PR)	4.936.576	4.515.788
. Nível I	2.483.743	2.277.169
(+) Patrimônio Líquido	2.570.425	2.305.694
(-) Reservas de Reavaliação	24.051	26.231
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	539	2.003
(-) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	61.801	-
. Nível II	2.452.833	2.238.619
(+) Reservas de Reavaliação	24.051	26.231
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.125.109	1.073.804
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.274.570	1.157.058
(+) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	61.801	-
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	32.698	18.474

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o Banco e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Bacen autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	457.171	525.012
Total	457.171	525.012

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a. e Nota 27)	621.758	549.767
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.541.188	1.133.879
Tesouro Nacional	863	1.035
BNDES	1.386.232	1.048.397
Finame	154.093	84.447
Outras Obrigações	8.284.225	6.441.683
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	5.884.546	4.210.821
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.125.109	1.073.804
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h)	1.274.570	1.157.058
Total	10.447.171	8.125.329

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.i)	1.185.819	918.884
Capef	514.543	467.499
Camed	671.276	451.385
Total	1.185.819	918.884

Notas Explicativas

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Benefícios de Curto Prazo	1.365	1.660
Honorários	1.252	1.221
Diretoria	1.072	1.037
Conselho de Administração	94	96
Conselho Fiscal	86	88
Outros	103	221
Participação no Lucro	10	218
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.365	1.660
Benefícios Pós-Emprego	121	91
Total	1.486	1.751

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Lucro Líquido	246.006	300.693
Outros Resultados Abrangentes	64.669	(14.460)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	105.871	(26.121)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(42.349)	10.448
Realização da Reserva de Reavaliação	1.912	2.022
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(765)	(809)
Resultado Abrangente	310.675	286.233

NOTA 31 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2012	30.06.2011
Créditos Abertos para Importação	225.020	167.939
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.220	92.220
- FNE	14.621.115	12.996.617
- Outras Entidades	57.052	41.581
Coobrigações em Cessões de Crédito	26.913	29.193

Fortaleza, 14 de agosto de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.
Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) referentes aos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2011 e à data-base de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas e auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria, sem modificações, datados de 5 de agosto de 2011 e de 7 de fevereiro de 2012, respectivamente.

São Paulo, 14 de agosto de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8